

Caminhos cruzados

O trabalho é um fator de cidadania e inclusão social. Por meio do trabalho mulheres e homens garantem sua sobrevivência e a de suas famílias, mas, muito mais do que isso: alimentam sonhos e esperança. Sem emprego, sem trabalho, o Homem definha, sente-se incapaz, perde a confiança em si mesmo e a perspectiva de vida.

É um erro pensar em desemprego isoladamente. Saúde, educação, saneamento, reforma agrária, preservação do meio ambiente, tudo tem a ver com isso. Mas é preciso que haja investimento, decisão de aplicar recursos em áreas que vão gerar postos de trabalho e dar sustento digno às famílias.

Os sucessivos governos fizeram uma escolha que vem sendo mantida e que não favorece o investimento interno e o crescimento, condições necessárias para gerar empregos. Escolheram a subserviência a organismos internacionais comandados por países que pregam uma cartilha para os países em desenvolvimento e praticam outra, bem diferente, para si mesmos. O exemplo clássico vem dos EUA que, por meio do FMI e de bancos fomentadores, impõe políticas de altos juros a países como o Brasil, mas pratica juros baixíssimos e prioriza o investimento interno, mantendo sua economia estável.

As dívidas pública e externa do Brasil têm sugado todos os recursos que poderiam ser usados para melhorar a vida dos cidadãos brasileiros. A política de formação de superávit primário, viabilizada à custa de uma alta carga de impostos (que recai principalmente sobre os trabalhadores e pequenos empresários), canaliza bilhões de dólares para o pagamento de juros de uma dívida que já se mostrou impagável. Por mais economia que se faça, os bilhões acumulados parecem uma gota no oceano. O apetite dos países credores não tem fim e ninguém questiona suas regras. Afinal, que contas são essas que não fecham nunca?

Assim, programas como o Fome Zero, Bolsa Escola, Peti ou o Primeiro Emprego não são capazes de reverter o estrago provocado pela crônica falta de investimentos internos. São apenas paliativos, não dão conta de mudar a realidade e fazê-la perdurar.

Hoje, o Brasil tem mais trabalhadores no setor informal da economia, vivendo de pequenos bicos, do que pessoas com emprego com carteira de trabalho assinada. Não bastasse a instabilidade financeira e a falta de perspectivas no futuro, estas pessoas estão jogadas à própria sorte. A grande maioria não contribui para o INSS, o maior programa de distribuição de renda do mundo, e provavelmente não terão direito à aposentadoria quando as forças lhes faltarem para o trabalho. Por estarem fora do sistema formal, não geram a contribuição do FGTS, que é importante recurso para o financiamento da habitação popular, a baixo custo, das obras de saneamento básico e de infraestrutura urbana, que concorrem para prevenir doenças ao canalizar esgotos e levar água tratada às residências. São obras que criam milhares de empregos e fazem a economia girar, criando um círculo virtuoso de geração de renda e consumo.

Parte desse universo de informalidade e marginalidade em questão de direitos é alcançada pela Fiscalização do Trabalho, realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho – AFTs, que fiscalizam o cumprimento da legislação trabalhista e das normas de saúde e segurança no trabalho, entre outras atribuições. Entretanto, aí também, na máquina estatal, o caminho se cruza com a dívida e a lógica da redução do Estado.

Na última década a administração pública foi sucateada, difamada, abandonada. O governo federal não realizou concursos públicos para repor pessoal, entregou setores estratégicos à terceirização, não reajustou vencimentos nem para repor perdas inflacionárias e não modernizou a máquina. As reformas administrativa e previdenciária precipitaram aposentadorias, fazendo migrar do setor público para a área privada uma força de trabalho ainda jovem, talentosa e produtiva. Na

Fiscalização do Trabalho, o pessoal em atividade caiu de cerca de cinco mil para menos de três mil, para cobrir todo o território nacional.

Ao mesmo tempo, várias medidas de flexibilização trabalhista foram aprovadas pelo Congresso. Mais uma vez, percebe-se o entrelaçamento entre as ações que surtem o "efeito dominó". Serviço público fragilizado pela falta de estrutura e pessoal, leis cada vez mais permissivas em uma conjuntura econômica que não favorece o crescimento, pela falta de investimentos públicos: o ambiente torna-se favorável ao descumprimento da lei.

A Fiscalização do Trabalho é uma força absolutamente indispensável, mas extremamente incômoda. Por isso mesmo, sofre ataques de frentes as mais variadas, como ingerências políticas, nomeações de pessoas que engavetam processos, perseguições pessoais, retenção de recursos. Há quase dois anos, a pressão atingiu o ponto máximo, ao tirar a vida de três AFTs e do motorista que os conduzia em uma fiscalização rural na região de Unaí (MG). Foi uma demonstração da fragilidade do Estado, representado ali pelos colegas que tombaram.

Apesar das adversidades, a Fiscalização do Trabalho só melhora seus resultados e aprimora seus instrumentos. Um quadro comparativo do ministério do Trabalho e Emprego mostra que entre o ano de 2000 e o de 2004, mesmo com o contingente reduzido, o número de trabalhadores registrados sob ação fiscal cresceu de 525.253 para 708.957. Somente neste ano de 2005, até outubro, foram registrados 624.971 trabalhadores. A taxa de regularização em estabelecimentos fiscalizados é de 88,92%, demonstrando um alto grau de capacidade dos AFTs para corrigir as irregularidades e restaurar direitos dos trabalhadores.

O SINAIT apóia a realização da auditoria da dívida. A soberania do País deve ser recuperada. Vivemos sob um Estado que transforma tudo e todos em números, estatísticas. Somos tanto melhores ou piores conforme alcançamos metas, índices de produtividade ou rentabilidade. Mas não podemos nos esquecer que somos seres humanos, dotados de inteligência, que deve ser canalizada para o bem, para o crescimento individual e coletivo. O capital deve estar a nosso serviço e não o contrário.

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT